

Willian Douglas Guilherme
(Organizador)

A Produção do Conhecimento nas Ciências Sociais Aplicadas 4



 **Atena**
Editora
Ano 2019

Willian Douglas Guilherme
(Organizador)

A Produção do Conhecimento nas Ciências Sociais Aplicadas 4

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Natália Sandrini e Lorena Prestes

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

P964 A produção do conhecimento nas ciências sociais aplicadas 4 [recurso eletrônico] / Organizador Willian Douglas Guilherme. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. – (A produção do conhecimento nas ciências sociais aplicadas; v. 4)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-295-1

DOI 10.22533/at.ed.951192604

1. Abordagem interdisciplinar do conhecimento. 2. Ciências sociais – Pesquisa – Brasil. I. Guilherme, Willian Douglas. II. Série.

CDD 307

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Os textos são um convite a leitura e reúnem autores das mais diversas instituições de ensino superior do Brasil, particulares e públicas, federais e estaduais, distribuídas entre vários estados, socializando o acesso a estes importantes resultados de pesquisas.

Os artigos foram organizados e distribuídos nos 5 volumes que compõe esta coleção, que tem por objetivo, apresentar resultados de pesquisas que envolvam a investigação científica na área das Ciências Sociais Aplicadas, sobretudo, que envolvam particularmente pesquisas em Administração e Urbanismo, Ciências Contábeis, Ciência da Informação, Direito, Planejamento Rural e Urbano e Serviço Social.

Neste 4º volume, reuni o total de 23 artigos que dialogam com o leitor sobre temas que envolvem educação, escola e sociedade, dança e desenvolvimento sociocultural, urbanização, memória e museu, inovação social, economia, habitação, arquitetura e identidade cultural, movimentos sociais dentre outros, que são temas que se interligam e apontam críticas e soluções dentro das possibilidades das Ciências Sociais Aplicadas.

Assim fechamos este 4º volume do livro “A produção do Conhecimento nas Ciências Sociais Aplicadas” e esperamos poder contribuir com o campo acadêmico e científico, trabalhando sempre para a disseminação do conhecimento científico.

Boa leitura!

Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A (IN)JUSTIÇA COGNITIVA E A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: UMA EXPERIÊNCIA ENTRE A ESCOLA E A COMUNIDADE	
Lívia Salomão Piccinini Karla Moroso	
DOI 10.22533/at.ed.9511926041	
CAPÍTULO 2	25
A CARÊNCIA DO HABITAR NAS POLÍTICAS PÚBLICAS: AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS HABITACIONAIS DE INTERESSE SOCIAL NO DF/BRASÍLIA	
Kenia de Amorim Madoz Marcos Thadeu Queiroz Magalhães	
DOI 10.22533/at.ed.9511926042	
CAPÍTULO 3	40
A INFLUÊNCIA DA DANÇA TRADICIONAL GAÚCHA PARA O DESENVOLVIMENTO HUMANO E SOCIOCULTURAL	
Eduardo Fernandes Antunes Maria Aparecida Santana Camargo	
DOI 10.22533/at.ed.9511926043	
CAPÍTULO 4	45
A PRECÁRIA URBANIZAÇÃO DE FAVELAS DO PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO-PAC	
Josélia da Silva Alves	
DOI 10.22533/at.ed.9511926044	
CAPÍTULO 5	59
ADVERSIDADES DA PRODUTIVIDADE FABRIL BRASILEIRA E FORMAS DE REAVER A SITUAÇÃO	
Hugo Pablo Lourenço Sapia	
DOI 10.22533/at.ed.9511926045	
CAPÍTULO 6	73
ALMA DOS OBJETOS: ABORDAGEM MEMORIAL E BIOGRÁFICA DE UM OBJETO DE MUSEU	
Helen Kaufmann Lambrecht Espinosa Daniel Maurício Viana de Souza Diego Lemos Ribeiro	
DOI 10.22533/at.ed.9511926046	
CAPÍTULO 7	85
ALUGUEL SOCIAL E POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA: CONSIDERAÇÕES SOBRE A NECESSÁRIA ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	
Luciano Roberto Gulart Cabral Júnior	
DOI 10.22533/at.ed.9511926047	
CAPÍTULO 8	90
APROPRIAÇÃO DO ESPAÇO URBANO: O HABITAR DO MORADOR DAS RUAS	
Dhyulia Roberth Ribeiro Isidoro Cristienne Magalhães Pereira Pavez	
DOI 10.22533/at.ed.9511926048	

CAPÍTULO 9	104
CONTRIBUIÇÕES DA HISTÓRIA DA CIÊNCIA PARA RESSIGNIFICAÇÃO DO CONCEITO DE QUANTIDADE DE MATÉRIA POR PARTE DE LICENCIANDOS EM QUÍMICA	
Sandra Franco-Patrocínio Ivoni Freitas-Reis	
DOI 10.22533/at.ed.9511926049	
CAPÍTULO 10	131
CONTRIBUIÇÕES DA TEORIA GERAL DE SISTEMAS PARA A MUDANÇA SISTÊMICA DA INOVAÇÃO SOCIAL	
Daniela de Oliveira Massad Paulo César Lapolli Felipe Kupka Feliciano Leandro Maciel Nascimento Édis Mafra Lapolli	
DOI 10.22533/at.ed.95119260410	
CAPÍTULO 11	145
“CRESCIMENTO ECONÔMICO” COM “RESPONSABILIDADE SOCIAL”: A ESTRATÉGIA NEODESENVOLVIMENTISTA E O PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA (PMCMV)	
Caroline Magalhães Lima	
DOI 10.22533/at.ed.95119260411	
CAPÍTULO 12	157
DÉFICIT HABITACIONAL E CONDIÇÕES DE MORADIA: UM ESTUDO DE CASO NO MUNICÍPIO DE TUPÃ-SP	
Sandra Cristina de Oliveira Leonardo de Barros Pinto Gessuir Pigatto	
DOI 10.22533/at.ed.95119260412	
CAPÍTULO 13	169
FICÇÕES ARQUITETÔNICAS E A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE CULTURAL	
Bruna Dal Agnol Caliane C. O. de Almeida	
DOI 10.22533/at.ed.95119260413	
CAPÍTULO 14	185
FILOSOFIA: REFLEXÕES ÉTICAS NO CONTEXTO INTERDISCIPLINAR EDUCACIONAL	
Bruna Medeiros Bolzani Fernando Battisti	
DOI 10.22533/at.ed.95119260414	
CAPÍTULO 15	196
HUMANIZAÇÃO DE CENÁRIO DO MUSEU HISTÓRICO DE LONDRINA: OTIMIZAÇÃO DA TRANSMISSÃO DE CONHECIMENTO	
Cleuza Bittencourt Ribas Fornasier Mariana Lautenschlager Spoladore Ana Paula Perfetto Demarchi	
DOI 10.22533/at.ed.95119260415	

CAPÍTULO 16	212
LABORATÓRIO FILOSÓFICO “SORGE LEBENS”: MAIORIDADE PENAL E SUAS IMPLICÂNCIAS	
Everton Luis Israel Ribas Vanessa, Steigleder Neubauer Rafael Vieira de Mello Lopes Fagner Cuozzo Pias	
DOI 10.22533/at.ed.95119260416	
CAPÍTULO 17	221
MOVIMENTOS SOCIAIS E INTERNET	
Nildo Viana	
DOI 10.22533/at.ed.95119260417	
CAPÍTULO 18	236
O TRABALHO NAS ECONOMIAS COLABORATIVAS: A PRECARIZAÇÃO E O DISCURSO DA GLAMOURIZAÇÃO	
Carlos Roberto Santos Vieira Elaine Di Diego Antunes	
DOI 10.22533/at.ed.95119260418	
CAPÍTULO 19	243
PRÁTICAS ORGANIZACIONAIS EM UMA ASSOCIAÇÃO DE CATADORES: UMA ANÁLISE SOB A PERSPECTIVA DE CERTEAU	
Franciely Chropacz Yára Lúcia Mazziotti Bulgacov	
DOI 10.22533/at.ed.95119260419	
CAPÍTULO 20	249
PROJOVEM URBANO: UM PROGRAMA INOVADOR PARA A JUVENTUDE?	
Vanessa Batista Mascarenhas	
DOI 10.22533/at.ed.95119260420	
CAPÍTULO 21	260
SENTIMENTOS E SENSações: O MARKETING DE EXPERIÊNCIA COMO ALIADO NA FIDELIZAÇÃO DE CLIENTES	
Guilherme Juliani de Carvalho Briza Gabriela Moreira Martins	
DOI 10.22533/at.ed.95119260421	
CAPÍTULO 22	271
TRABALHO PENOSO EM TEMPOS DE PRECARIZAÇÃO SOCIAL DO TRABALHO NO BRASIL: (DES)CONSTRUINDO CONCEITOS	
Magda Cibele Moraes Santos Silva	
DOI 10.22533/at.ed.95119260422	
CAPÍTULO 23	286
TUTELA DO ANIMAL DOMÉSTICO: UMA BREVE RETROSPECÇÃO DO PERÍODO PRÉ-HISTÓRICO DA HUMANIDADE AOS DIAS ATUAIS NO ÂMBITO DAS CONSTITUIÇÕES FEDERAIS BRASILEIRAS DE 1824 A 1988	
Nilsen Aparecida Vieira Marcondes	
DOI 10.22533/at.ed.95119260423	

PROJOVEM URBANO: UM PROGRAMA INOVADOR PARA A JUVENTUDE?

Vanessa Batista Mascarenhas

Universidade Estadual de Feira de Santana
(UEFS)
Feira de Santana – Bahia

RESUMO: O ProJovem Urbano é um programa do governo federal que visa a inclusão social de jovens de 18 a 29 anos por meio da formação básica, qualificação profissional e participação cidadã. Implantado em 2005 o ProJovem foi componente estratégico da Política Nacional de Juventude do Governo Federal de Luiz Inácio da Silva (Lula), que buscava uma política nacional inovadora para a juventude. Mas será que realmente o ProJovem Urbano se constitui um programa inovador para a juventude? Para apreciação dessa questão foi utilizada a metodologia qualitativa na análise dos documentos *Projeto Pedagógico Integrado do ProJovem Urbano* (2008), *Manual do Educador: orientações gerais* do ProJovem Urbano (2012) e *Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na aula inaugural do Programa Nacional de Inclusão de Jovens – ProJovem* (2005), a partir das discussões de Ghiraldelli Jr. (2001), Shiroma, Moraes e Evangelista (2011), Haddad e Di Pierro (2000) e Araújo (2014). Concluiu-se que o ProJovem Urbano é um programa inovador apenas sob a perspectiva que faz parte de uma

Política Nacional de Juventude, algo recente na história brasileira já que não se pode considerar inovadora a proposta integrada de formação, a abordagem pedagógica, e o público alvo, pois estiveram presentes em outras ações de governo ao longo da história do país. Além disso deve-se considerar que essa proposta de inclusão social vêm seguindo os direcionamentos internacionais para a constituição da política de juventude no Brasil com bases em ideais neoliberais. **PALAVRAS-CHAVE:** ProJovem Urbano, inovador, inclusão social.

ABSTRACT: Summary: the ProJovem Urbano is a federal government program aimed at the social inclusion of young people from 18 to 29 years through basic training, professional qualification and citizen participation. In 2005 the ProJovem was strategic component of National Youth Policy of the Federal Government of Luiz Inácio da Silva (Lula), who sought an innovative national youth policy. But is it really the ProJovem Urbano is an innovative program for youth? For consideration of this issue was used qualitative methodology in the analysis of Integrated educational project documents the ProJovem Urbano (2008), educator's Manual: General guidelines the ProJovem Urbano (2012) and Speech of the President of the Republic, Luiz Inácio Lula da Silva, in the inaugural class of the National

Youth inclusion Programme – ProJovem (2005), from the discussions of Ghiraldelli, Jr. (2001), Shiroma, Moraes and Evangelist (2011), Haddad and Di Pierro (2000) and Aguilar (2014). It was concluded that the ProJovem Urbano is an innovative program only from the perspective that is part of a National Youth Policy, something recent in Brazilian history since you can't consider innovative integrated training proposal, the approach pedagogically, and the target audience, as were present in other proposals of Government throughout the history of the country. In addition it must be considered that this proposal for a social inclusion following the directions for the establishment of international youth policy in Brazil with bases in liberal ideals.

KEYWORDS: ProJovem Urbano, innovative, social inclusion.

1 | INTRODUÇÃO

Implantado em 2005 o ProJovem foi componente estratégico da Política Nacional de Juventude do Governo Federal de Luiz Inácio da Silva (Lula), que buscava uma política nacional inovadora para a juventude. O Programa assumiu ao mesmo tempo um caráter emergencial e experimental, já que visa a reintegração do jovem a vida escolar e uma nova proposta curricular de ensino, através da integração da formação geral, qualificação profissional e engajamento social do jovem (BRASIL, 2005). Foi implantado simultaneamente ao programa a Secretaria Nacional de Juventude (SNJ) e o Conselho Nacional de Juventude (CNJ).

O ProJovem inicialmente teve como público alvo jovens entre 18 e 24 anos que tinham o Ensino Fundamental I completo, mas que ainda não tinham concluído o Ensino Fundamental II. Buscou atender jovens que não estavam matriculados em escolas e que não possuíam vínculos formais de trabalho, concedeu um auxílio financeiro mensal no valor de cem reais aos jovens participantes e aos jovens egressos no programa que foram privados de liberdade o ProJovem estendeu suas ações ao sistema prisional. A gestão do ProJovem ocorria de forma compartilhada, desenvolvido por iniciativa do Governo Federal, foi inicialmente coordenado pela Secretaria-Geral da Presidência da República e integrado ao Ministério da Educação, Ministério do Trabalho e Emprego e Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (BRASIL, 2005). O programa foi executado inicialmente por prefeituras de algumas capitais, mas também puderam integrar-se ao mesmo, os governos estaduais, universidades, organizações não governamentais, igrejas, centro educacionais de tecnologias, etc.

Contudo, ao final do ano de 2007, com as devidas considerações da primeira implantação do ProJovem, algumas modificações julgaram-se necessárias.

Em 10 de junho de 2008, a Medida Provisória nº 411/2007 foi convertida na Lei nº 11.692/2008, que dispõe sobre o Programa Nacional de Inclusão de Jovens – ProJovem, e determina, em seu artigo 2º: “O ProJovem, destinado a jovens de 15 (quinze) a 29 (vinte e nove) anos, com o objetivo de promover sua reintegração ao processo educacional, sua qualificação profissional e seu desenvolvimento humano, será desenvolvido por meio das seguintes modalidades: I – ProJovem Adolescente – Serviço Socioeducativo; II – ProJovem Urbano; III – ProJovem

Campo – Saberes da Terra e IV – Projovem Trabalhador”. A citada Lei estabelece, ainda, em seu artigo 12: “O ProJovem Urbano atenderá a jovens com 18 (dezoito) a 29 (vinte e nove) anos que saibam ler e escrever e não tenham concluído o Ensino Fundamental. (BRASIL, 2008b, p.3)

Dessa forma, o programa amplia a faixa etária e diminui os pré-requisitos para o ingresso, sendo apenas a leitura e escrita os requisitos mínimos para o seu acesso. Isso possibilitará, segundo as diretrizes do programa, uma maior participação dos jovens afastados do ambiente escolar. Em 2011 o programa passou de política geral, gerenciado pela Secretaria-Geral da Presidência da República, para ser coordenado exclusivamente pelo Ministério da Educação (MEC).

Finalmente, deve-se destacar que após ser criado sob a gestão da Secretaria Nacional de Juventude, órgão vinculado à Secretaria-Geral da Presidência da República, o programa será absorvido pelo Ministério da Educação a partir do segundo semestre de 2011 com o objetivo de fortalecer o sistema educacional e ganhar escala. (SCHIMITH, 2011, p.17).

Assim, com a transferência da coordenação do programa pretendeu-se ampliar a abrangência, aperfeiçoar a execução e superar dificuldades, como a evasão significativa em algumas regiões, assegurando aos jovens da cidade, segundo os objetivos do programa, um maior acesso à educação e mais uma opção na oferta de Educação de Jovens e Adultos.

O ProJovem com a sua finalidade de reinserção do jovem a escola, ao mundo do trabalho, propiciando o desenvolvimento humano e o exercício da cidadania (BRASIL, 2008) se fundamenta na LDB, art. 1º que afirma que “a educação escolar deve vincular-se ao mundo do trabalho e a prática social”. Logo, em seu Projeto Político Integrado apresenta uma proposta de currículo integrado que propõe novas expectativas para o campo da EJA. Neste, traz a percepção de currículo como algo que se faz ao longo do tempo, a partir de um processo que envolve escolhas, conflitos e acordos que se dão em determinados contextos.

Segundo as diretrizes do ProJovem Urbano, o currículo integrado fundamenta-se em três pilares:

Formação básica para elevação da escolaridade ao nível da 8ª série do ensino fundamental; Qualificação Profissional para o mundo do trabalho, incluído qualificação inicial em um arco de ocupações; e a Participação Cidadã, envolvendo uma experiência de ação social cidadã.(BRASIL,2008a,p.16)

Estes pilares são integrados a partir de eixos estruturantes comuns que orientam o desenvolvimento de cada componente curricular com conteúdos próprios, que abordam aspectos comuns. Os eixos relacionam aspectos da juventude com a cultura, a cidade, o trabalho, a comunicação, a tecnologia e a cidadania. A qualificação profissional inicial é desenvolvida a partir de formação técnica geral, arcos ocupacionais (por exemplo, alimentação, gráfica, danos e reparos, que buscam qualificar o aluno a desenvolver atividades de ajudantes de cozinha, ajudantes de gráfica e ajudantes de pintor e eletricista) e projeto de orientação profissional. A participação cidadã desenvolve junto

aos demais componentes um plano de ação comunitária.

O ProJovem foi considerado uma oportunidade de melhoria na vida dos jovens, que ainda eram vistos sob uma perspectiva negativa, como um problema social. O programa foi concebido como uma intervenção de caráter emergencial, destinado a atender jovens que estavam afastados dos estudos e possuía uma condição social vulnerável, com baixa renda, alto índice de gravidez precoce, drogas, violência, etc. Assumiu também caráter experimental ao basear-se em paradigmas modernos de formação integrada, no caso, articulação entre formação básica a nível fundamental, qualificação profissional e ações de participação cidadã.

Logo, a melhoria na vida dos jovens ocorreria pela adesão de uma política considerada inovadora para a juventude. Mas será que realmente o ProJovem Urbano se constitui um programa inovador para a juventude? Para apreciação dessa questão foi utilizada a metodologia qualitativa na análise dos documentos *Projeto Pedagógico Integrado do ProJovem Urbano (2008)*, *Manual do Educador: orientações gerais do ProJovem Urbano (2012)* e *Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na aula inaugural do Programa Nacional de Inclusão de Jovens – ProJovem (2005)*, a partir das discussões de Ghiraldelli Jr. (2001), Shiroma, Moraes e Evangelista (2011), Haddad e Di Pierro (2000) e Araújo (2014).

2 | O PROJovem URBANO E SEU SUPOSTO CARÁTER INOVADOR

O ProJovem, como já anunciado, é um dos tripés da Política Nacional de Juventude, desenvolvida a partir de 2005. Em 2007, o programa passou por uma mudança por meio da criação do ProJovem Integrado, o qual passou a compreender segmentos populacionais ou sub-categorias do universo juvenil, a saber: ProJovem Campo, ProJovem Adolescente, ProJovem Trabalhador e ProJovem Urbano. Este segmento do ProJovem Urbano foi o único que manteve as mesmas características do programa em sua matriz inicial: “por se tratar de uma reformulação do Programa ProJovem, os objetivos, fundamentos legais, princípios orientadores e estratégia curricular do ProJovem Urbano permanecem os mesmos” (BRASIL, 2008a). Este programa foi carro chefe da Política Nacional de Juventude no governo de Lula, que em seu discurso na aula inaugural do programa ressaltou:

quando o companheiro Luiz Dulci trouxe à minha mesa a idéia da criação do ProJovem, para dar oportunidade a meninas e meninos deste país que estavam entre 18 e 24 anos de idade, que tinham feito o ensino fundamental, mas que por qualquer razão tinham parado de estudar, eu achei que a idéia era uma idéia genial, porque não tem nada mais genial do que, de repente, você ter a idéia de que é possível dar oportunidade a quem não teve oportunidade e despertar a esperança em quem já tinha perdido a esperança. Muitas vezes, se colocando numa situação de ficar no fio da navalha, entre uma cidadania sadia e cair na marginalidade, na criminalidade, e quem sabe, jogar fora um ser humano que nasce para ser bom e que, muitas vezes, a falta de oportunidade o transforma num marginal, numa pessoa sem referência e numa pessoa perseguida pelo restante da sociedade. (SILVA, 2005, p.2-3)

O ProJovem, como observado no discurso, era considerado uma oportunidade de melhoria na vida dos jovens, que ainda eram vistos sob uma perspectiva negativa, como um problema social.

Em seus documentos, o ProJovem é apresentado como um programa inovador a partir dos seguintes aspectos:

O Programa Nacional de Inclusão de Jovens: Educação, Qualificação e Ação Comunitária – ProJovem é inovador em vários aspectos: faz parte de uma política nacional para a juventude, tendo sido implantado no contexto de criação da Secretaria Nacional de Juventude e do Conselho Nacional de Juventude; a proposta de gestão compartilhada, em todos os níveis de implementação, busca estratégias para a articulação das políticas públicas de juventude; o projeto pedagógico integrado apóia-se em paradigmas contemporâneos, enfatizando a relação entre sujeito e objeto na construção do conhecimento e a participação/cooperação na atividade política e social; a implementação é alvo de um processo contínuo, amplo e sistemático de monitoramento e avaliação, cujos resultados evidenciam a pertinência e a efetividade do Programa, oferecendo subsídios importantes para o desenvolvimento do ProJovem Urbano (BRASIL, 2008a, p.19).

Assim, o programa do ponto de vista oficial é considerado inovador por fazer parte de uma política nacional para a juventude, em sua estrutura com a gestão compartilhada e monitoramento. Isso é considerado ponto positivo em relação a propostas fragmentadas para a juventude de programas do governo anterior com gestão de Fernando Henrique Cardoso (FHC). Contudo, os paradigmas de aprendizagem contemporâneos, baseados na relação sujeito e objeto e a ideia de participação/cooperação na atividade política e social são práticas questionáveis diante de um contexto sócio-educacional de exclusão da maioria dos jovens brasileiros.

Outra característica oficialmente considerada inovadora do programa foi a sua estrutura com aulas de informática, professor orientador específico para cada turma, para auxiliar com intervenções nas dificuldades apresentadas pelos alunos, e uma sala de acolhimento para atender os filhos pequenos dos jovens estudantes no momento da aula. Além disso, o Secretário Geral na Presidência da República, Gilberto Carvalho, em uma nota para a imprensa ressalta que “o grande mérito do ProJovem Urbano foi o desenvolvimento de uma abordagem pedagógica inédita, com conteúdos voltados para as especificidades das vivências e sonhos dos jovens que interromperam precocemente sua trajetória escolar” (BRASIL, 2011). Assim, a parte pedagógica do programa se desenvolveria por meio de unidades formativas compostas por eixos estruturantes que envolveriam temáticas consideradas significativas para a vida dos jovens.

A proposta de uma qualificação profissional com base numa formação técnica-geral e formação específica num arco de ocupações (gráfica, alimentação, danos e reparos, entre outros.) também é apresentada nos documentos como uma proposta inovadora, pois a organização dar-se por arcos compostos por quatro ocupações que abrangem o planejamento, a produção e a comercialização de bens e serviços, de modo que o jovem se prepara para ser empregado, mas também pequeno empresário

ou sócio de cooperativa. Contudo, essa articulação entre trabalho e educação já estava prevista desde as formulações das organizações internacionais, a partir da perspectiva de investimento em capital humano.

Observa-se que entre as características do programa consideradas inovadoras em seus documentos de formulação, como a abordagem pedagógica voltada para as vivências dos alunos e uma qualificação profissional para os jovens, não se constituem em algo inédito no país. Dentre outros, o Programa Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano, do governo FHC já abordava estas temáticas. O referido programa teve como objetivo

preparar o jovem para a atuação intergerencial, procurando capacitá-lo para o mercado de trabalho e também para atuar em suas comunidades na área de saúde, cultura, meio ambiente, cidadania, esporte e turismo (SPOSITO; CARRANO, 2003, p.27).

E ainda, propôs estimular o papel de protagonista social dos jovens; percepção e planejamento do seu próprio futuro; atuação de modo cooperativo para a transformação da comunidade em que vive; reinserção no sistema educacional e reversão dos indicadores sociais. Além disso, durante o período de capacitação para a atuação na comunidade o jovem receberia um auxílio-financeiro mensal para este fim. Nota-se dessa forma, uma grande semelhança com as características do ProJovem Urbano.

Além disso, a abordagem pedagógica considerada inédita, com conteúdo voltados para as especificidades e vivências dos jovens estão de acordo com as diretrizes da Escola Nova, que ganhou impulso no Brasil a partir de década de 1930, com o “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova”. Nesta perspectiva o ensino deveria ser desenvolvido segundo os interesses das crianças, numa didática que levasse em conta a atividade dos discípulos, a realidade do ambiente, desenvolvendo o espírito de cooperação, solidariedade social, revelando as tendências e aptidões dos alunos (Ghiraldelli Jr., 2001). E ainda, os intelectuais e educadores dessa escola defendiam uma educação moderna, voltada para o perfil de cidadania, adequado ao processo de trabalho industrial.

Também, não se pode considerar inovadora a integração da educação básica, formação para o trabalho e para o exercício da cidadania, pilares do programa, pois estiveram presentes em algumas propostas de governo ao longo da história do país. Características dessa proposta de formação do ProJovem Urbano se encontraram presentes na ditadura do Estado Novo com ensino pré-vocacional e profissional para as classes menos favorecidas (1937); na reforma Capanema com o ensino profissionalizante para as classes populares (1942); no populismo de Getúlio Vargas com a qualificação mínima do segmento popular para o projeto de desenvolvimento nacional (a partir da dec.1940); no governo de Juscelino Kubitschek (JK) com uma educação para o desenvolvimento incentivando o ensino técnico-profissionalizante (1956-1961); e principalmente na ditadura militar (1964-1985) com a ampliação da oferta do ensino fundamental para garantir formação e qualificação mínima dos setores

da classe trabalhadora e participação comunitária.

Nos documentos do ProJovem Urbano é relatado como objetivo do programa a inclusão social dos jovens. Essa inclusão ocorreria pela reinserção do jovem na escola, qualificação profissional que possibilitasse a ampliação das oportunidades de trabalho e mais capacitação, identificação e elaboração de planos de ação comunitária e inclusão digital por meio de aulas de informática (BRASIL, 2008). E ainda, a ideia de proporcionar melhora da auto-estima desses jovens, recuperação do tempo perdido, e a extensão do programa a jovens que matriculados foram parar em unidades prisionais são considerados pontos positivos do programa em relação ao discurso de combate à exclusão social, devido a escassez de políticas para esse segmento da população nas últimas décadas.

Contudo, esse objetivo de inclusão social dos jovens por meio da educação, trabalho e cidadania, também não é algo novo no Brasil. No início da república foi difundido pelos intelectuais da época a ideia de que os problemas do país só poderiam ser resolvidos com a extensão da escola básica ao povo. Na década de 1970, o governo da ditadura militar desenvolveu ações para as **áreas mais pobres do país, a partir da perspectiva de que a educação era responsável pela superação da desigualdade regional e de concentração de renda do país. Foi nesse período também que foi difundida a ideia** de que os “serviços educacionais para os jovens e adultos das camadas populares era a nova chance individual de ascensão social” (HADDAD e DI PIERRO, 2000, p.118).

Em relação ao público atendido pelo programa, este possui um perfil de jovem geralmente feminino, pardo ou negro, caracterizado por uma trajetória escolar acidentada. Possui baixa renda, baixa ou nenhuma escolarização e oportunidades precárias na inserção no mercado de trabalho. Geralmente as jovens são casadas ou com união estável, com filhos, que muitas vezes foram a causa do rompimento dos estudos. Já os jovens em sua maioria eram solteiros e entraram precocemente e de forma precária no mercado de trabalho e passando longos períodos desempregados. (SALGADO, 2012, p.16). Esse público do ProJovem Urbano, também não é novo, pois já foi público de outros programas desenvolvidos no Brasil a partir da década de 1990 como o Programa Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano e os Centros de Juventude.

Assim, tendo como público alvo jovens de baixa renda, o programa é ofertado em escolas municipais em bairros periféricos das cidades. A estes jovens é apresentada uma proposta educacional considerada diferenciada da escola regular, com conteúdos disseminados em temas que envolvem o cotidiano dos jovens, como: cidade, trabalho, comunicação, cultura e cidadania. Além disso, a oferta de uma bolsa mensal no valor de cem reais e a possibilidade de conclusão do ensino fundamental em 18 meses, tornou o programa ainda mais atrativo para estes jovens. Mas isso não se constitui em algo inovador, já que a proposta diferenciada de educação para jovens e adultos, e conclusão dos estudos em menos tempo já era algo presente em programas como

Supletivo e na LDB de 1996, com a flexibilização da forma de ensino e possibilidade de aceleração dos estudos na educação básica.

Assim, o ProJovem é um programa inovador apenas sob a perspectiva que faz parte de uma Política Nacional de Juventude, algo recente na história brasileira. Araújo (2014) ressalta essa perspectiva, afirmando que

a Política Nacional de Juventude, implementada na gestão do presidente Luís Inácio Lula da Silva, foi inovadora ao criar o Conselho Nacional de Juventude, a Secretaria Nacional de Juventude e o Programa Nacional de Inclusão de Jovens –Projovem, momento no qual a política pública para a juventude passou a apresentar novo entendimento sobre seu papel em relação a juventude. Nesse sentido, o Estado passa a reconhecer que esse segmento fazia jus a ações do poder público visando não mais solucionar problemas causados por eles, mas sim, construir novas perspectivas e possibilidades voltadas para as áreas sociais visando resgatar e corrigir um débito histórico em relação aos mesmos (p.13).

Dessa forma, o objetivo de inclusão social dos jovens do ProJovem Urbano, enquanto proposta oficial em um novo contexto, possibilita um avanço na história da juventude brasileira, que por muitos anos esteve abarcada pelas políticas públicas de uma forma generalizada. Assim como a mudança da perspectiva de jovens como segmento perigoso da população, para a perspectiva dos jovens como sujeito de direitos, que representou um avanço para esta categoria social. Mas não pode-se considerar o Projovem uma ação inovadora de resgate e correção de um débito histórico para com os jovens, pois as características do programa inferem uma nova roupagem para ações e programas já desenvolvidos ao longo da história brasileira que não mudaram a lógica de exclusão desses jovens.

Deve-se considerar ainda que essa proposta de inclusão social apresentada pelo programa vem seguindo os direcionamentos internacionais para a constituição da política de juventude em países subdesenvolvidos como o Brasil. Esses direcionamentos tem como base ideais neoliberais de coesão social, buscando tornar o país mais seguro e atrativo para os investimentos estrangeiros, por meio de uma suposta diminuição da pobreza com o acesso a programas que envolvem “segundas oportunidades”, o que torna essa proposta de inclusão social questionável.

Esses direcionamentos foram propostos por agentes como Banco Mundial, Organização da Nações Unidas (ONU) e Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), dentre outros. A partir da década de 1990, esses organismos disseminaram um modelo de desenvolvimento social que presumia a articulação entre redução da pobreza e investimento em capital humano, tendo como estratégia a criação de programas para a população mais pobre. Assim, a educação básica, incluindo a educação para a juventude, teve atenção especial a partir de então, pois foi considerada por esses organismos o meio de erradicação da pobreza e redução de comportamentos de risco.

Assim, a juventude tornou-se uma das principais pautas da agenda desses organismos internacionais e isso é percebido por meio de fóruns, conferências e

assembleias realizadas pelos mesmos culminado na elaboração de documentos sobre políticas para a juventude como: o *Programa de Ação Mundial para os Jovens até o ano 2000 e Anos Subsequentes* (1995); *Plano de Ação de Braga sobre a Juventude* (1998); *Declaração de Lisboa sobre Políticas e Programas Relativos à Juventude* (1998), desenvolvidos pela ONU. *Pesquisa Juventude, Violência e Cidadania* (1997) coordenada pela UNESCO. Encontro *Vozes Jovens – um olhar das Organizações e Movimentos de Juventude sobre o Brasil do século XXI* (2004) organizado pelo Banco Mundial e elaboração de um documento denominado “Estratégia de Assistência ao País” (CAS, Country Assistance Strategy), que orientou os empréstimos do Banco Mundial para o Brasil no período de 2004-2007. Souza e Arcaro (2008, p.255) ao analisarem este último documento enfatizam que

a inclusão social da juventude, principalmente por meio da educação e trabalho, foi considerada, pela CAS 2004-2007, essencial para o objetivo de maior equidade. Além de reduzir a pobreza e a desigualdade, o aumento das oportunidades de educação e trabalho para os jovens contribuiria para melhorar a segurança, bem como criar um ambiente atrativo para negócios. Desemprego Juvenil e violência, por outro lado, foram considerados como riscos para a estabilidade, o crescimento e o progresso social.

Dessa forma, as políticas consideradas inclusivas figuram nesse contexto como instrumentos que supostamente promoverão a autonomia e a participação dos jovens, tendo como horizonte a coesão social necessária para tornar o país mais seguro e atrativo para os negócios, já que o desemprego e a violência geram instabilidade no país.

3 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluiu-se que o ProJovem Urbano é um programa inovador apenas sob a perspectiva que faz parte de uma Política Nacional de Juventude, algo recente na história brasileira. Essa política modifica o discurso oficial que envolve a concepção negativa do jovem como um problema social para a perspectiva do jovem como sujeito de direitos, um avanço para essa categoria social.

Contudo, as características do programa não podem ser consideradas inovadoras **já que** a integração da educação básica, formação para o trabalho e para o exercício da cidadania, pilares do programa, e o público alvo, estiveram presentes em outras propostas de governo ao longo da história do país como no ensino pré-vocacional e profissional do Estado Novo (1937), na Reforma Capanema (1942), no populismo de Getúlio Vargas (a partir de 1940), no ensino técnico-profissionalizante no governo JK (1956 – 1961), na ditadura militar (1964-1985) com qualificação mínima da classe trabalhadora e ações comunitárias, e em alguns programas criados a partir da década de 1990 como o Programa Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano e os Centros de Juventude. E ainda, a abordagem pedagógica considerada inédita, com conteúdos voltados para as especificidades e vivências dos jovens estão de acordo

com as diretrizes da Escola Nova, que ganhou impulso no Brasil a partir de década de 1930.

Infere-se dessa forma, que o ProJovem Urbano apresenta uma nova roupagem para propostas antigas relacionadas a educação, trabalho e cidadania, e que tem como público alvo um segmento social cuja necessidade de correção de um débito histórico já foi diagnosticada, mas que permanece em estado de exclusão social ao longo da história brasileira.

Além disso, deve-se considerar que essa proposta de inclusão social dos jovens vem seguindo os direcionamentos internacionais para a constituição da política de juventude no Brasil com bases em ideais neoliberais de coesão social, suposta diminuição da pobreza e na intenção de tornar o país mais seguro e atrativo para os investimentos estrangeiros, o que torna essa proposta de inclusão social questionável e não inovadora.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Rosemary de Oliveira; NASCIMENTO, Natalia Ilka Moraes. Políticas Públicas de Juventude: dilemas entre avanços e descontinuidades. **Revista Perspectivas em Políticas Públicas**. Vol. IV, n. 7. Belo Horizonte: Ed UEMG, jan-jun. 2011. p. 99-126

ARAUJO, Alexandre Viana. **Política pública para a juventude**: analisando o processo de construção no Brasil. In: IV Congresso Ibero-Americano de Política e Administração da Educação / VII Congresso Luso Brasileiro de Política e Administração da Educação, 2014, Porto - Portugal. IV Congresso Ibero-Americano de Política e Administração da Educação / VII Congresso Luso Brasileiro de Política e Administração da Educação, 2014. Disponível em: http://www.anpae.org.br/IBERO_AMERICANO_IV/GT3/GT3_Coimunicacao/AlexandreVianaAraujo_GT3_integral.pdf. Acesso: 04 de mar. de 2015.

BRASIL. Coordenação Nacional do ProJovem Urbano. **Projeto do Programa ProJovem**. Secretaria-Geral da Presidência da República. Brasília, 2005. Disponível em: <http://www.oei.es/quipu/brasil/projovem.pdf>. Acesso em: 20. mar. 2010.

_____. **Projeto Pedagógico Integrado do Projovem Urbano**. Brasília: Programa Nacional de Inclusão de Jovens – Projovem Urbano, 2008a.

_____. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Secretaria-Geral da Presidência da República / Secretaria Nacional da Juventude / Coordenação Nacional do Projovem Urbano. **Relatório**. Distrito Federal, 2008. Parecer CNE/CEB n. 18/2008d.

_____. Nota à imprensa: Projovem Urbano será incorporado pelo Ministério da Educação. 2011. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=8403-projovem-urbano-nota-300611-pdf&Itemid=30192. Acesso: 16 de janeiro de 2015.

GHIRALDELLI Jr., Paulo. **História da Educação**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2001.

HADDAD, Sérgio; DI PIERRO, Maria Clara. Escolarização de jovens e adultos. In: **Revista brasileira de educação**, maio-ago, número 014, São Paulo, 2000, pp. 108-130. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S141324782000000200007&script=sci_arttext. Acesso: 15 de fevereiro de 2015.

SALGADO, Maria Umbelina Caiafa (org.). **Manual do Educador**: orientações gerais. Organização. Brasília: Programa Nacional de Inclusão de Jovens – Projovem Urbano, 2012.

SCHMIDT, Benício Vieira. et al. **ProJovem: Programa Nacional de Inclusão de Jovens e Adultos – Estudo de Caso**. 2011. UNFPA, p.5-20.

SHIROMA, E; MORAES, Maria Célia Marcondes de; EVANGELISTA, Olinda. **Política Educacional**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2011.

SILVA, Luíz Inácio da. Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na aula inaugural do Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem):discurso [20 de julho de 2005]. Recife: **Biblioteca da Presidência da República** Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/1o-mandato/2005/2o-semester/20-07-2005-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-na-aula-inaugural-do-programa-nacional-de-inclusao-de-jovens-projovem>. Acesso: 03 de mar. de 2015.

SPOSITO, Pontes Marília, CARRANO, Paulo. Juventude e Políticas Públicas no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**. Rio de Janeiro. n.24. p.16-39, set/dez 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n24/n24a03>. Acesso: 27 de fev. de 2015.

SOUZA, Regina Magalhaes de; ARCARO, Nicolau Tadeu. O Banco Mundial e o Investimento na Juventude Brasileira. **Revista Psicologia Política**, vol.8, n.16, 2008. Disponível em: <http://www.fafich.ufmg.br/rpp/seer/ojs/viewarticle.php?id=143>. Acesso: 25 de fev. de 2015.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-295-1



9 788572 472951